Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas 1

Demonstrações contábeis auditadas

Balanços patrimoniais 6
Demonstrações dos resultados 8
Demonstrações dos resultados abrangentes 9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 10
Demonstrações dos fluxos de caixa 11
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas 12

Building a better working world

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1909
Vila Nova Conceição, São Paulo - SP, 04543-011

Tel: +55 11 2573 3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Mensuração do ativo contratual

Conforme divulgado na nota explicativa 3.2 às demonstrações contábeis, a Companhia e sua controlada avaliam que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo contratual pela contrapartida da receita de infraestrutura, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia e sua controlada passem a ter um direito incondicional de receber caixa. Conforme divulgado na nota explicativa 6, em 31 de dezembro de 2022, o saldo do ativo contratual da Companhia era de R$ 394.461 mil para a controladora e R$ 535.544 mil para o consolidado. O ativo contratual refere-se ao direito da Companhia e sua controlada à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita de remuneração dos ativos da concessão.

O reconhecimento do ativo contratual e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS15 – Revenue from contract with customer), conforme divulgado na nota explicativa 2.4, requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle sobre o direito de uso dos ativos. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia e sua controlada em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra e margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo contratual e as respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação dos procedimentos relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia e sua controlada, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da atribuição de receita a cada uma das obrigações de performance presentes nos contratos de concessão; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia e de sua controlada; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia e sua controlada nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo contratual da Companhia e de sua controlada, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretora na determinação do ativo contratual e das respectivas receitas, assim como as divulgações nas notas explicativas 2.4, 3.2 e 6 são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda
CRC SP - 034519/O

Eduardo Wellichen
Sócio
Contador CRC-SP184050/O

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2022 2021
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo					
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.438	7.197	13.375	8.976
Investimento curto prazo	5	1.090	-	1.660	-
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias		4.799	4.526	5.349	4.944
Ativo contratual da concessão	6	64.913	51.656	78.837	64.455
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		3.912	11	3.933	18
Outros tributos compensáveis		62	62	182	182
Dividendos a receber		4.221	3.118	-	-
Outros ativos		1.003	1.125	1.132	1.332
		89.438	**67.695**	**104.468**	**79.907**
Ativo Não Circulante					
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias		2.532	1.130	2.822	1.206
Ativo contratual da concessão	6	329.548	335.631	456.707	459.330
Outros ativos		1.314	1.321	4.867	4.874
Investimentos	7	130.896	125.226	-	-
Imobilizado		22.434	22.455	22.491	22.522
Intangível		13	11	24	19
		486.737	**485.774**	**486.911**	**487.951**
Total do Ativo		**576.175**	**553.469**	**591.379**	**567.858**

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2022 2021
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo					
Passivo Circulante					
Debêntures, empréstimos e arrendamento mercantil	8	36.244	16.729	36.257	16.742
Fornecedores		736	789	1.277	1.442
Imposto de renda e contribuição social a pagar		3.970	2.882	4.171	2.999
Outros tributos a pagar		2.071	1.244	2.252	1.370
Dividendos a pagar		8.294	6.799	8.294	6.799
Encargos regulatórios	9	3.446	3.017	3.599	3.188
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	11	4.317	3.984	5.243	4.835
Outros passivos		910	783	1.233	845
		59.988	**36.227**	**62.326**	**38.220**
Passivo Não Circulante					
Debêntures, empréstimos e arrendamento mercantil	8	174.528	167.556	174.529	167.569
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	94.747	84.982	99.077	89.139
Provisão para demandas judiciais	12	-	7	-	7
Encargos regulatórios	9	350		429	
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	11	21.915	22.319	30.371	30.545
		291.540	**274.864**	**304.406**	**287.260**
Total do Passivo		**351.528**	**311.091**	**366.732**	**325.480**
Patrimônio Líquido					
Capital social	13	127.262	127.262	127.262	127.262
Reservas de lucro	13	91.429	85.415	91.429	85.415
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	13	5.956	29.701	5.956	29.701
Total do Patrimônio Líquido		**224.647**	**242.378**	**224.647**	**242.378**
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		**576.175**	**553.469**	**591.379**	**567.858**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita de operação e manutenção		17.456	14.388	20.845	17.380
Remuneração do ativo contratual da concessão		60.067	90.958	77.020	112.958
(-) Parcela variável		(1.004)	(7.897)	(1.018)	(7.898)
Receita Operacional Líquida	15	**76.519**	**97.449**	**96.847**	**122.440**
Custo dos Serviços Prestados					
Pessoal		(2.615)	(1.762)	(2.850)	(1.887)
Material e serviços de terceiros		(3.398)	(2.654)	(4.782)	(3.978)
Depreciação e amortização		(2.529)	(2.077)	(2.529)	(2.077)
Outros		(360)	(296)	(428)	(341)
Lucro Bruto		**67.617**	**90.660**	**86.258**	**114.157**
(Despesas) Receitas Operacionais					
Pessoal e administradores		(1.525)	(1.285)	(1.691)	(1.538)
Material e serviços de terceiros		(432)	(367)	(548)	(719)
Depreciação e amortização		(53)	(61)	(63)	(66)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		20	(103)	(8)	(144)
		(1.990)	**(1.816)**	**(2.310)**	**(2.467)**
Resultado de equivalência patrimonial	7	17.773	21.997	-	-
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		**83.400**	**110.841**	**83.948**	**111.690**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	16	4.095	7.160	4.505	7.229
Despesas financeiras	16	(31.069)	(20.546)	(31.236)	(20.635)
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda		**56.426**	**97.455**	**57.217**	**98.284**
Imposto de Renda e Contribuição Social					
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(1.396)	(3.959)	(2.045)	(4.440)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10 e 17	(9.765)	(15.332)	(9.907)	(15.680)
Lucro líquido do exercício		**45.265**	**78.164**	**45.265**	**78.164**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Lucro líquido do exercício	45.265	78.164	45.265	78.164
Outros resultados abrangentes	-	-		-
Total do resultado abrangente do exercício	**45.265**	**78.164**	**45.265**	**78.164**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

		Reservas de lucros					
	Capital Social	Reserva legal	Reserva especial para incentivos fiscais	Reservas de Retenção de Lucros	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**127.262**	**25.452**	**7.485**	**46.813**	**42.811**	**-**	**249.823**
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(42.811)	-	(42.811)
Pagamento de dividendos sobre lucros retidos	-	-	-	(25.249)	-	-	(25.249)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	78.164	78.164
Destinação proposta à A.G.O.:							
Incentivo fiscal	-	-	7.965	-	-	(7.965)	-
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	(10.750)	(10.750)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(6.799)	(6.799)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	29.701	(29.701)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	22.949	-	(22.949)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**127.262**	**25.452**	**15.450**	**44.513**	**29.701**	**-**	**242.378**
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(29.701)	-	(29.701)
Pagamento de dividendos sobre lucros retidos	-	-	-	(22.950)	-	-	(22.950)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	45.265	45.265
Destinação proposta à A.G.O.:							
Incentivo fiscal	-	-	3.887	-	-	(3.887)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(8.294)	(8.294)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	(2.051)	(2.051)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	5.956	(5.956)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	25.077	-	(25.077)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**127.262**	**25.452**	**19.337**	**46.640**	**5.956**	**-**	**224.647**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	56.426	97.455	57.217	98.284
Itens que não afetam as disponibilidades				
Depreciação e amortização	2.582	2.138	2.592	2.143
Equivalência patrimonial	(17.773)	(21.997)	-	-
Juros e variação monetária	30.845	20.427	30.997	20.445
Baixa de ativos	18	7	19	1
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	(71)	2.910	234	3.660
	72.027	**100.940**	**91.059**	**124.533**
(Aumento) redução no ativo				
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias	(1.675)	(327)	(2.021)	(556)
Ativo contratual da concessão	(7.174)	(35.512)	(11.760)	(46.804)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	(3.901)	(2)	(3.915)	(7)
Outros ativos	129	931	208	949
	(12.621)	**(34.910)**	**(17.488)**	**(46.418)**
Aumento (redução) no passivo				
Fornecedores	(53)	(97)	(165)	131
Tributos e contribuições sociais a recolher	4.161	(392)	4.133	(389)
Encargos regulatórios	611	-	524	-
Outros passivos	127	(5.308)	388	(5.545)
Pagamento de contingências	(7)	-	(7)	-
Pagamento de Imposto de renda e contribuição social	(3.642)	(3.399)	(4.093)	(3.820)
	1.197	**(9.196)**	**780**	**(9.623)**
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**60.603**	**56.834**	**74.351**	**68.492**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações de investimentos curto prazo	(1.090)	-	(1.660)	-
Recebimento de dividendos	11.000	12.963	-	-
Aplicações no imobilizado	(2.579)	(6.927)	(2.580)	(6.914)
Aplicações no intangível	(2)	(1)	(5)	(1)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	**7.329**	**6.035**	**(4.245)**	**(6.915)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamentos de dividendos	(61.501)	(93.080)	(61.501)	(93.080)
Debêntures captadas	34.738	49.771	34.738	49.771
Amortização e pagamento de juros de debêntures e arrendamento mercantil	(23.435)	(8.545)	(23.435)	(8.545)
Pagamento de debêntures e arrendamento mercantil	(15.493)	(14.775)	(15.509)	(14.790)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	**(65.691)**	**(66.629)**	**(65.707)**	**(66.644)**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**2.241**	**(3.760)**	**4.399**	**(5.067)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	7.197	10.957	8.976	14.043
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	9.438	7.197	13.375	8.976
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**2.241**	**(3.760)**	**4.399**	**(5.067)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. ("ETEP") foi constituída como sociedade anônima de capital fechado em 23 de março de 2001 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos, bem como participação em outras sociedades ou empreendimentos. Domiciliada no Brasil, sua sede está localizada na Rua Olimpíadas, 66 - 8º andar - Sala B - Vila Olímpia - São Paulo - SP.

A Companhia é controlada da Alupar Investimento S.A.

A ETEP e sua controlada possuem o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

		Contrato de concessão						
Concessionária	**Participação**	**Número**	**Prazo (anos)**	**Vigência até**	**RAP (*)**	**Índice de correção**	**Data da entrada em operação comercial**	**Redução de 50% da RAP a partir do 16º ano de operação**
ETEP	-	043/2001	30	2031	89.207	IGPM	ago/02	Sim
ESDE (**)	100%	025/2009	30	2039	17.520	IPCA	fev/13	Não

(*) A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, a ANEEL e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 3.067 de 12/07/2022.

(**) RAP acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente o valor será de R$ 18.205 para ESDE.

Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da ETEP e sua controlada entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo Poder Concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na Nota Explicativa "Ativo contratual da concessão".

1.1. Impactos do COVID 19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia

Diante da pandemia reportada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) relacionada à difusão do Covid-19, a Companhia e sua controlada adotaram medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão, observando as recomendações das autoridades sanitárias.

O negócio da Companhia e sua controlada apresenta receita previsível, reajustada pela inflação (IGP-M na ETEP e IPCA na ESDE) e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios do segmento de atuação, não apresentando risco de demanda. Desta forma, a administração da Companhia e sua controlada não considera que exista risco significativo de não realização de seus recebíveis.

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente deles. A Companhia e sua controlada mitigam os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem remuneração fixa, tendo em vista seu perfil conservador.

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2022 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia e sua controlada que pudessem requerer divulgação.

2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 15 de março de 2023.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requeridos pelas normas contábeis.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da ETEP e de sua controlada. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações e de sua controlada.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação da margem de lucro, determinação das receitas de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção, determinação da taxa de juros de desconto do ativo contratual, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas.

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a ETEP e sua controlada efetuam análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e receita de operação e manutenção como ativo contratual.

Momento de reconhecimento do ativo contratual

A Administração da ETEP e de sua controlada avaliam o momento de reconhecimento do ativo contratual com base nas características econômicas do contrato de concessão, na medida em que satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão e na medida que incorre com os gastos de operação e manutenção, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, observando as margens de construção. Após a entrada em operação comercial inicia-se o reconhecimento da receita de O&M calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem. A parcela do ativo contratual indenizável, existente é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

Determinação da margem de lucro

A margem de lucro é calculada para cada tipo de obrigação de performance.

A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais eles são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. A margem de construção é revisada anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia e sua controlada têm direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão.

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia e sua controlada para precificarem o componente financeiro do ativo contratual na data do início do contrato de concessão em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Quando o Poder Concedente, por meio da Revisão Tarifária Periódica – RTP, revisa as receitas que a ETEP e sua controlada tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

Determinação das receitas de implementação de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto.

Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido considerando a margem de operação e manutenção, conforme contraprestação dos serviços.

PV (Parcela variável)

A Companhia e sua controlada dispõem de um percentual, apurado com base nas parcelas variáveis históricas para cobrir os eventuais custos com perturbações no sistema elétrico.

2.5. Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da ETEP e de sua controlada em 31 de dezembro de 2022. O controle é obtido quando a ETEP estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida. As demonstrações contábeis da controlada é incluída nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Entre os principais ajustes de consolidação estão às seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controlada, de forma que as ações contábeis individuais e consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- Participações no capital e lucro (prejuízo) no exercício da empresa controlada.

A tabela a seguir demonstra o investimento societário que a ETEP detém em 31 de dezembro de 2022:

		% participação	
Razão Social	**Tipo de investimento**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A.	Controlada	100%	100%

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. A participação dos acionistas não controladores, das empresas consolidadas integralmente, é destacada na demonstração do resultado consolidado e na mutação do patrimônio líquido.

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1. Reconhecimento da receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia e sua controlada são classificadas nos seguintes grupos:

3.1.1 Receita de implementação de infraestrutura

Refere-se à receita relativa a obrigação de performance relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos, corrigido pelo índice inflacionário e do diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Para estimar essa receita de implementação de infraestrutura, a Companhia e sua controlada utilizam um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do período, por esse motivo os projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também dos tributos e encargos regulatórios.

3.1.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço e de leilão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, que é registrada na rubrica “ativo contratual da concessão” e determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

3.1.3 Receitas de operação e manutenção

As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também dos tributos e encargos regulatórios.

As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas a correção monetária pela variação do IGPM ou IPCA e ao diferimento das contribuições para o Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, bem como Encargos Regulatórios (Reserva Global de Reversão “RGR” e Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica “TFSEE”) registrados no passivo circulante e não circulante.

3.1.4 Receitas de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido

3.2. Ativo contratual da concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Ocorre a cessão de posse desses bens, que são operados nas condições previstas no contrato de concessão, para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia e sua controlada operam e mantêm a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês é transferida para concessionárias e permissionárias.

No cálculo do ativo contratual é estimado no início da concessão, considerando o prazo previsto no contrato e alterado em eventual prorrogação, sendo formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. Em caso de Revisão Tarifária Periódica (RTP), os recebimentos futuros são revistos e os fluxos do ativo contratual são mensurados novamente.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto da Companhia e sua controlada, que varia entre de 7,85% a.a a 11% a.a; e (ii) atualizado pelo IGP-M ou IPCA.

A remuneração recebida ou a receber é alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Os ativos da concessão são classificados como:

Contas a receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias: Após o término da fase de construção, à medida que a Companhia e sua controlada operam e mantêm a infraestrutura, mensalmente, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro ao custo amortizado, é registrada em concessionárias e permissionárias, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

3.3. Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são classificados como “valor justo por meio do resultado”.
Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

3.4. Investimentos

Os investimentos da Companhia em sua controlada são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais (controladora) e consolidadas.

3.5. Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos

A Administração da ETEP e sua controlada revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a ETEP e sua controlada não identificaram nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

3.6. Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

3.7. Instrumentos financeiros – Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.8. Encargos regulatórios

Os encargos regulatórios de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Ministério de Minas e Energias (MME), são programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Reserva Global de Reversão (RGR) é um encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica, sendo que seu valor anual equivale a 2,6% da RAP. E os valores da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), são incidentes sobre a transmissão de energia elétrica e são equivalentes a 0,4% da RAP. Estes saldos estão refletidos no passivo circulante e não circulante na rubrica “Contribuições e encargos regulatórios diferidos”, o valor destinado a esses programas, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

3.9. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a ETEP e sua controlada possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

3.8.1 Provisões para demandas judiciais e administrativas

As provisões para demandas judiciais e administrativas são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.10. Arrendamentos

A ETEP e sua controlada avaliam, na data de início do contrato de arrendamento, aluguel, serviços prestados, entre outros, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a ETEP e sua controlada reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

3.11. Tributação

3.11.1. Tributos sobre a receita

As receitas da ETEP e sua controlada estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% e 7,6%;

3.11.2. Imposto de renda e contribuição social

Correntes

O imposto de renda e a contribuição social da ETEP são calculados pelo regime de lucro real e sua controlada ESDE é optante pelo regime do lucro presumido.

A ETEP possui incentivo fiscal aprovado pela SUDAM pelo prazo de até 31 de dezembro de 2025, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

Diferidos

Tributos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição diferida.

Tributos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de tributos (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

3.12. Pronunciamentos novos ou revisados pela primeira vez em 2022

A Companhia e sua controlada adotaram a partir de 1º janeiro de 2022 as normas abaixo, entretanto, não há efeito material nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

- Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1).

3.13. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da ETEP e sua controlada, estão descritas a seguir. A ETEP e sua controlada pretendem adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia e suas controladas ainda não concluíram a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas.

- IFRS 17 – Contrato de Seguro
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis);
- Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis);
- Alterações ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2*: Divulgação de políticas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis);
- Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis).

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Caixa e bancos	135	968	167	1.020
Aplicações financeiras	9.303	6.229	13.208	7.956
	9.438	**7.197**	**13.375**	**8.976**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e referem-se substancialmente à certificados de depósitos bancários, fundos de investimento em renda fixa, com liquidez imediata e aplicações financeiras automáticas, que são vinculadas a conta corrente, onde a remuneração efetiva dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, considerando que a administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento auferido, portanto sem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado. As aplicações financeiras possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, 95,42% do CDI em 31 dezembro de 2022 (92,01% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

5. Investimentos de curto prazo

Em 31 de dezembro de 2022, a ETEP possuí saldo de R$1.090 referente ao Fundo de investimento Santander Lattice, que tem característica de renda fixa e remunerado em média por 100,84% do CDI.

6. Ativo contratual da concessão

Movimentação do ativo contratual da concessão

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**351.775**	**476.981**
Receita de operação e manutenção	15.506	18.730
Remuneração do ativo contratual da concessão	98.023	121.726
(-) Parcela variável	(8.511)	(8.512)
Realização do ativo contratual (recebimento)	(69.506)	(85.140)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**387.287**	**523.785**
Receita de operação e manutenção	18.894	22.553
Remuneração do ativo contratual da concessão	65.016	83.320
(-) Parcela variável	(1.087)	(1.102)
Realização do ativo contratual (recebimento)	(75.649)	(93.012)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**394.461**	**535.544**
Ativo contratual da concessão – circulante	64.913	78.837
Ativo contratual da concessão - não circulante	329.548	456.707
Total circulante e não circulante	**394.461**	**535.544**

O ativo contratual da concessão inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A ETEP e sua controlada consideram que o valor da indenização a que terão direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

7. Investimentos

a) Movimentação dos investimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	ESDE
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**118.194**
Resultado de equivalência patrimonial	21.997
Dividendos declarados	(14.965)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**125.226**
Resultado de equivalência patrimonial	17.773
Dividendos declarados	(12.103)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**130.896**

A ETEP reconhece, nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, o investimento em controlada por meio do método de equivalência patrimonial.

b) Participação no resultado e patrimônio líquido:

	31/12/2022	31/12/2021
Dados controlada ESDE:		
Total do ativo	150.321	142.733
Total do passivo	19.425	17.507
Patrimônio líquido	130.896	125.226
Receita líquida	20.328	24.991
Lucro líquido	17.773	21.997
Quantidade de ações	72.835.845	72.835.845
Participação da ETEP:		
Quantidade de ações	72.835.844	72.835.844
no capital social	100,00%	100,00%
no resultado	**17.773**	**21.997**
no patrimônio líquido	**130.896**	**125.226**

8. Debêntures, empréstimos e arrendamento mercantil

	Controladora					Consolidado				
	31/12/2022				31/12/2021	31/12/2022				31/12/2021
	Circulante		Não Circulante			Circulante		Não Circulante		
	Encargos	Principal	Principal	Total	Total	Encargos	Principal	Principal	Total	Total
Debêntures 3ª emissão	13	5.506	-	5.519	16.522	13	5.506	-	5.519	16.522
Debêntures 4ª emissão	1.718	(51)	49.901	51.568	50.899	1.718	(51)	49.901	51.568	50.899
Debêntures 5ª emissão	778	(49)	34.811	35.540	-	778	(49)	34.811	35.540	-
CCB	24.106	(185)	68.759	92.680	92.211	24.106	(185)	68.759	92.680	92.211
Arrendamento mercantil	-	4.408	21.057	25.465	24.653	-	4.421	21.058	25.479	24.679
	26.615	**9.629**	**174.528**	**210.772**	**184.285**	**26.615**	**9.642**	**174.529**	**210.786**	**184.311**

O saldo de principal da dívida de curto e longo prazo das emissões é apresentado líquido de custos a amortizar, para a 3ª emissão de debêntures o montante é de R$4, para a 4ª emissão R$150 e para a 5ª emissão R$238.

A tabela a seguir apresenta as condições contratadas das debêntures e dos arrendamentos mercantis da ETEP:

		Controladora						
		Condições contratadas						
Financiadores / credores	Empresas operacionais	Data da Contratação	Vencimento	Principal contratado	Taxa a.a.		Periodicidade da amortização	
					Indexador	Juros (%)	Principal	Encargos
Debêntures 3ª emissão	ETEP (*)	jun/18	jun/23	45.000	112% do CDI		Mensal	Mensal
Debêntures 4ª emissão	ETEP (*)	abr/21	abr/26	50.000	100% do CDI		Mensal	Mensal
Debêntures 5ª emissão	ETEP (*)	mai/22	mai/27	35.000	2,90% + CDI		Final	Semestral
Banco Santander - CCB	ETEP	jul/20	jul/25	90.000	2,90% + CDI		Mensal	Mensal

(*) As cláusulas restritivas das debêntures simples da ETEP estão relacionadas ao limite da dívida líquida, que em 31 de dezembro de 2022, atualizado pelo IGPM, era de R$ 294.402 para a 3ª e para a Cédula de Crédito Bancário – CCB e R$294.484 para a 4ª e 5ª emissão.

O custo de captação é amortizado pelo método dos juros efetivos e se encerra no prazo de vencimento das debêntures.

A Administração da ETEP e sua controlada mantêm o acompanhamento de todas as obrigações definidas em contrato. Em 31 de dezembro de 2022, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas.

A movimentação do saldo é conforme segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**138.082**	**138.125**
Ingresso de dívidas	49.771	49.771
Juros e variação monetária	19.752	19.750
Amortização do principal e dos juros	(23.320)	(23.335)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**184.285**	**184.311**
Ingresso de dívidas	34.738	34.738
Juros e variação monetária	30.677	30.681
Amortização do principal e dos juros	(38.928)	(38.944)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**210.772**	**210.786**

Os vencimentos anuais das debêntures do não circulante são como segue:

	Controladora	Consolidado
2024	48.549	48.550
2025	50.681	50.681
2026	45.278	45.278
2027	20.322	20.322
2028	2.838	2.838
Após 2028	6.860	6.860
	174.528	**174.529**

9. Encargos regulatórios

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
P&D - Pesquisa & Desenvolvimento	1.326	1.156	1.427	1.232
Quota de reserva global de reversão - RGR	2.257	1.682	2.347	1.744
Taxa de fiscalização - ANEEL	213	179	254	212
	3.796	**3.017**	**4.028**	**3.188**
Passivo circulante	3.446	3.017	3.599	3.188
Passivo não circulante	350	-	429	-

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o CPC 47 – receita de contrato com cliente, a ICPC 01 (R1) – interpretação contratos de concessão, OCPC 05 – orientação contratos de concessão e CPC 06 (R2) – arrendamentos, mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos o qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

	Controladora				
	31/12/2020	**Reconhecido no resultado**	**31/12/2021**	**Reconhecido no resultado**	**31/12/2022**
Ativo fiscal diferido					
Art. 69 inciso IV Lei nº 12.973/14	(2.763)	104	(2.659)	168	(2.491)
Subtotal	(2.763)	104	(2.659)	168	(2.491)
Passivo fiscal diferido					
Diferimento do lucro da construção conforme art. 84 inciso II IN nº 1515/14	71.944	15.498	87.442	10.648	98.090
Outros itens	469	(270)	199	(1.051)	(852)
Subtotal	72.413	15.228	87.641	9.597	97.238
IRPJ e CSLL diferidos, líquido	**69.650**	**15.332**	**84.982**	**9.765**	**94.747**

	31/12/2020	**Reconhecido no resultado**	**Reclassificação**	**31/12/2021**	**Reconhecido no resultado**	**Reclassificação**	**31/12/2022**
Ativo fiscal diferido							
Art. 69 inciso IV Lei nº 12.973/14	(2.763)	104	-	(2.659)	168	-	(2.491)
Subtotal	(2.763)	104	-	(2.659)	168	-	(2.491)
Passivo fiscal diferido							
Diferimento do lucro da construção conforme art. 84 inciso II IN nº 1515/14	75.799	15.847	-	91.646	10.789	-	102.435
Outros itens	408	(271)	15	152	(1.050)	31	(867)
Subtotal	76.207	15.576	15	91.798	9.739	31	101.568
IRPJ e CSLL diferidos, líquido	**73.444**	**15.680**	**15**	**89.139**	**9.907**	**31**	**99.077**

11. Contribuições e encargos regulatórios diferidos

O diferimento das contribuições sociais e encargos regulatórios é relativo à diferença temporária das receitas de infraestrutura e remuneração do ativo de concessão apurada sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
PIS e COFINS diferidos	14.398	14.437	19.547	19.419
Quota de reserva global de reversão - RGR diferido	10.256	10.284	13.924	13.833
Taxa de fiscalização - ANEEL diferido	1.578	1.582	2.143	2.128
	26.232	**26.303**	**35.614**	**35.380**
Passivo circulante	4.317	3.984	5.243	4.835
Passivo não circulante	21.915	22.319	30.371	30.545

12. Provisões para demandas judiciais

Perda provável:

Em 31 de dezembro de 2022 a controladora e no consolidado não possui contingência com perda classificada como "provável", (R$7 referente à uma causa trabalhista em 31 de dezembro de 2021).

Perda possível:

Com base no parecer dos advogados externos e internos, em 31 de dezembro de 2022, a controlada ESDE possui contingência com perda classificada como "possível" com valor estimado de R$50 referente a um processo de natureza trabalhista. (Em 31 de dezembro de 2021 não possuía demandas judiciais).

13. Patrimônio líquido

13.1. Capital social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R$127.262, representado por 27.000.000 ações ordinárias e por 18.000.010 ações preferenciais, sem valor nominal.

	Quantidade de ações			
	Integralizadas		% do capital	
	Ordinárias	Preferenciais	Votante	Total
Alupar Investimento S.A.	13.505.150	9.001.851	50,02%	50,02%
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	13.494.850	8.998.159	49,98%	49,98%
	27.000.000	**18.000.010**	**100,00%**	**100,00%**

13.2. Reservas de lucro

13.2.1 Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social, o qual já foi atingido. O saldo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R$25.452.

13.2.2 Reserva de incentivo fiscal

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC n° 07, o valor correspondente ao incentivo SUDAM (Decreto nº 4.212/2002) apurado na vigência da Lei e contabilizado no resultado do exercício, sendo posteriormente transferido para reserva de lucro de incentivo fiscal e pode ser utilizado somente para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis, conforme previsto no artigo 545 do Regulamento do Imposto de Renda. O saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R$19.337 (R$15.450 em 31 de dezembro de 2021).

13.2.3 Reserva de retenção de lucros

Os valores mantidos em reserva de retenção de lucros serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e disponibilidade de caixa da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 46.640 (R$44.513 em 31 de dezembro de 2021).

13.2.4 Destinação do resultado

De acordo com o Estatuto Social da ETEP, os acionistas terão direito a receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado.

	Controladora	
	31/12/2022	**31/12/2021**
Lucro líquido do exercício	**45.265**	**78.164**
Incentivo fiscal	(3.887)	(7.965)
Constituição da reserva legal (*)	-	-
Base de cálculo de dividendos	**41.378**	**70.199**
Dividendos mínimos obrigatórios	(8.294)	(6.799)
Dividendos intermediários	(2.051)	(10.750)
Dividendos adicionais propostos	(5.956)	(29.701)
Reserva de retenção de lucros	(25.077)	(22.949)
Saldo de lucros acumulados	-	-

(*) A reserva legal atingiu o limite de 20% do capital social, portanto não houve constituição no exercício de 2021.

14. Partes relacionadas

A remuneração da Administração, incluindo Diretores e membros do Conselho de Administração, totalizou R$787 em 31 de dezembro de 2022 (R$669 em 31 de dezembro de 2021), sendo composta por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação. Em 31 de dezembro de 2021, a ETEP não tinha contratos em aberto e não realizou operações envolvendo outras partes relacionadas.

15. Receita operacional líquida

A receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional bruta	**82.823**	**105.018**	**104.771**	**131.944**
Receita de operação e manutenção	18.894	15.506	22.553	18.730
Remuneração do ativo contratual da concessão	65.016	98.023	83.320	121.726
(-) Parcela variável	(1.087)	(8.511)	(1.102)	(8.512)
Deduções da receita operacional	**(6.304)**	**(7.569)**	**(7.924)**	**(9.504)**
PIS	(542)	(686)	(685)	(861)
COFINS	(2.503)	(3.166)	(3.161)	(3.974)
Quota para reserva global de reversão - RGR	(2.153)	(2.731)	(2.724)	(3.431)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(775)	(566)	(935)	(710)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(331)	(420)	(419)	(528)
Receita operacional líquida	**76.519**	**97.449**	**96.847**	**122.440**

16. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras	**4.095**	**7.160**	**4.505**	**7.229**
Receita de aplicações financeiras	1.491	216	1.779	275
Juros ativos	31	92	34	102
Outras receitas financeiras	2.573	6.852	2.692	6.852
Despesas financeiras	**(31.069)**	**(20.546)**	**(31.236)**	**(20.635)**
Encargos sobre debêntures, empréstimos e arrendamentos	(30.676)	(19.752)	(30.680)	(19.750)
Variação monetária	(169)	(675)	(317)	(695)
Outras despesas financeiras	(224)	(119)	(239)	(190)
Resultado financeiro líquido	**(26.974)**	**(13.386)**	**(26.731)**	**(13.406)**

17. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora	
	31/12/2022	**31/12/2021**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	56.426	97.455
Alíquota fiscal	34%	34%
	19.185	**33.135**
(+) Adição de ajuste a valor presente - IN 1515	18.841	17.712
(-) Exclusão de "AVP" - Art. 84 da IN 1515, de novembro 2014	(26.580)	(24.126)
Equivalência patrimonial	(6.043)	(7.479)
Despesas e provisões indedutíveis	(2.687)	2.644
IFRS 15 O&M e pis-cofins-rgr+taxa	2.940	(9.538)
Outras	(24)	(23)
	5.632	**12.325**
Constituição de passivo (ativo) tributário diferido	10.591	15.331
Incentivo Fiscal	(3.886)	(7.965)
Lei Rouanet / Esporte / FIA	-	(50)
(-) Exclusão do Art. 69 Inciso IV da Lei 12.973, de maio 2014	(350)	(350)
Ajuste de exercicios anteriores	(825)	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	11.161	19.291
Imposto de renda e contribuição social correntes	**(1.396)**	**(3.959)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(9.765)**	**(15.332)**
Taxa efetiva	**19,78%**	**19,79%**

18. Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se de seus correspondentes valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2022, a ETEP não tinha contratos em aberto envolvendo operações com derivativos.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

- Caixa e bancos são classificados como pelo custo amortizado
- Equivalentes de caixa são classificados como valor justo por meio do resultado.
- Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias é classificado como pelo custo amortizado.
- Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos, líquidos dos custos a amortizar, e fornecedores são classificados como outros passivos financeiros e mensurados pelo custo amortizado.

b) Hierarquia do valor justo

A ETEP e sua controlada utilizam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
- Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis I e II, nem para dentro ou fora do nível III. A ETEP e sua controlada classificam os saldos de caixa e equivalentes de caixa como nível II.

c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da ETEP e da sua controlada podem ser assim identificados:

- *Risco de crédito* - a ETEP e sua controlada mantêm contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 1.300 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a ETEP e sua controlada mantêm contratos regulando a prestação de seus serviços nas Demais Instalações de Transmissão – DIT e com cláusula de garantia bancária;

- *Risco de preço* - a receita da ETEP é, nos termos do contrato de concessão, reajustada anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M e a receita da sua controlada ESDE é nos termos do contrato de concessão, reajustada anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA.

- *Risco de taxas de juros* - a atualização dos contratos de debêntures da ETEP está vinculada à variação do CDI e os contratos de financiamento da ESDE estão vinculados à TJLP*;*

- *Risco de liquidez* - a principal fonte de caixa da ETEP e da sua controlada é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e Demais Instalações de Transmissão (DIT) é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.
  A Administração da Companhia e da sua controlada não consideram relevante sua exposição aos riscos acima uma vez que monitora o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação que julgue adequados para a continuação do negócio. Adicionalmente, variações relevantes nos indexadores que definem as taxas de juros dos financiamentos da Companhia são amenizadas pelo fato do faturamento da Companhia também estar atrelado à índices inflacionários e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

19. Benefícios a empregados

A ETEP e sua controlada oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale-transporte, vale-refeição e plano de previdência privada de contribuição definida. Não existem benefícios pós-emprego e pagamento baseado em ações.

20. Compromissos assumidos

A ETEP e sua controlada ESDE mantêm contrato de prestação de serviços de operação e manutenção das suas instalações de transmissão pelo prazo da concessão no valor mensal de R$168 e R$92 e (R$168 e R$64 em 31 de dezembro de 2021).